

Estado do Rio Grande do Sul

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº099/2021 ORIUNDO DO PROCESSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº033/2021

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, autorizado pelo processo de Pregão Presencial nº033/2021 foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que, conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o MUNICÍPIO DE DOUTOR RICARDO - RS, representado por seu Prefeito Sr. ALVARO JOSÉ GIACOBBO e a licitante vencedora. Consideramse registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: MEGA PAPELARIA E ESPORTES EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº24.738.613/0001-99, estabelecido no bairro Centro, na cidade de Roca Sales - RS, neste ato representada pela Sra. MAIRI DA SILVA PRETTO, inscrito no CPF sob o nº537.635.800-34 a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	MARCA	v. ur	NITÁRIO	٧.	TOTAL
40000	CLIPES TAMANHO 2/0 COLORIDOS COM 50 UNIDADES	CX	221	BACCHI	R\$	10,05	R\$	2.221,05
	CLIPES TAMIANHO 4/0 NIQUELADO PRATEADO COM 50 UNIDADES	СХ	153	вассні	R\$	5,50	R\$	841,50
	CLIPES TAMANHO 6/0 NIQUELADO PRATEADO COM 50 UNIDADES	СХ	83	BACCHI	R\$	7,00	R\$	581,00
17	CLIPES TAMANHO 8/0 EM AÇO GALVANIZADO, CAIXA COM 25 UNIDADES.	сх	104	BACCHI	RS	6,50	R\$	676,00
18	CLIPS AÇO METALIZADO (7 CORES SORTIDAS) CLIPES AÇO METALIZADO (7 CORES SORTIDAS), COM PONTA TRIANGULAR, COM 100 UNIDADES.	СХ	210	ACC	R\$	6,60	R\$	1.386,00
55	PAPEL CELOFANE EM DIVERSAS CORES 85CMX100CM COM 50 UNIDADES	PCT	450	GALA	R\$	127,60	R\$	57.420,00
1.50.50	PAPEL DOBRADURA - 48X66CM, 63G/M EM DIVERSAS CORES	UN	420	VMP	R\$	0,95	R\$	399,00
77	TINTA TÊMPERA TINTA TÊMPERA 250 ML, CERTIFICADAS I CEPEX EM DIVERSAS CORES, INCLUINDO TONS PASTEIS CLAROS E CORES VIBRANTES COMO VIOLETA, VERDE LIMÃO, ROSA CHOQUE, VERMELHO FOGO E CORES PRIMAS	UN	720	ACRILEX	RS	8,85	R\$	6.372,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

- **3.1** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais e mediante visto da nota fiscal pelo responsável, com o devido processo de empenho.
- **3.2** As notas fiscais emitidas pela licitante vencedora deverão estar de acordo com os valores unitários e totais constantes na planilha da proposta, que passa a integrar o presente Edital, independente de transcrição ou anexação.
- **3.3** Não serão aceitos boletos bancários, somente serão efetuados depósitos em conta corrente em nome da Contratada.
- **3.4** Deverão ser entregues, juntamente com a nota fiscal, as Certidões atualizadas (válidas) relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e de regularidade para com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal.

CLÁUSULA QUARTA -- DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo a Administração



Estado do Rio Grande do Sul

Pública promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

- **4.2** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Pública convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- **4.3** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- **4.3.1** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- **4.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, Administração Pública poderá:
- **4.4.1** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- **4.4.1** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- **4.5** Não havendo êxito nas negociações, a Administração Pública procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

- **5.1** O objeto licitado deverá ser fornecido mediante nota de empenho, que será emitida pelo Setor de Contabilidade e remetido à Empresa licitante.
- **5.2** As notas fiscais serão emitidas de acordo com as Autorizações de Fornecimento em nome do Município de Doutor Ricardo, RS, na RS 332, KM 21, 3699, Centro.
- **5.3** Os bens cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues no endereço acima, neste Município no horário das 8h30min às 12h e das 13h30min às 17h, nos dias de expediente do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- **6.1** O **CONTRATANTE** obriga-se a:
- **6.1.1** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos e/ou materiais dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência (ANEXO I);
- **6.1.2** Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos do Sistema de Registro de Preços;
- **6.1.3** Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA;
- **6.1.4** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- **6.1.5** Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato por meio de um representante da Administração especialmente designado para tanto;
- **6.1.6** Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas nesta ata;
- **6.1.7** Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no Edital.
- **6.2** A **CONTRATADA** obriga-se a:
- **6.2.1** Fornecer os materiais conforme especificações, marcas, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pela Administração;
- **6.2.2** Entregar os materiais adquiridos estritamente no prazo estipulado, 05 (cinco) dias, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.
- **6.2.3** Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete;
- **6.2.4** Responsabilizar-se, com a transportadora, pela movimentação dos materiais até as dependências de cada Secretaria Municipal, ou seja, prefeitura municipal de Doutor Ricardo na RS 332, KM 21, 3699, Centro
- **6.2.5** Aceitar os acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) propostos pela Administração, conforme previsto no art. 65, § 1°, da Lei 8.666/93; quando for necessária.



Estado do Rio Grande do Sul

- **6.2.6** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação;
- **6.2.7** Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, no prazo de garantia, quaisquer produtos e/ou materiais defeituoso que houver fornecido;
- **6.2.8** Entregar os materiais acompanhados de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica DANFE;
- **6.2.9** Ressarcir os eventuais prejuízos causados a Prefeitura Municipal e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- **6.2.10** Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação do certame.
- **6.2.11** Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, os materiais deverão ser substituídos, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias úteis, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado aos produtos e/ou materiais encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;
- **6.2.12** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia dos mesmos, quando da utilização desse material.
- **6.2.13** Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor.
- **6.2.14** Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato, até o recebimento definitivo dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 Em caso de inadimplência, a licitante vencedora estará sujeito às seguintes penalidades:
- **7.1.1** Multa:
- a) Pelo atraso injustificado no início e/ou no fornecimento dos materiais, nos prazos previstos neste Edital, será aplicada multa moratória na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor mensal do contrato, até 30 (trinta) dias de atraso. Após esse prazo, a multa poderá ser calculada sobre o valor total do contrato. Contudo, a qualquer momento, em decorrência do atraso, poderá, justificadamente, rescindir o contrato e/ou imputar à licitante vencedora a pena prevista no artigo 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- **b)** Pelo não fornecimento dos materiais a contento, sem justa causa, será aplicado multa na razão de até 15% (quinze por cento) do valor do contrato, podendo, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no artigo 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- c) Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo Município, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- d) Pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, neste caso, ser aplicada multa de até 30% sobre o valor total contratado.
- e) Pelo descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração cometida pela licitante vencedora, podendo, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no artigo 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- **7.2** As multas a que aludem as cláusulas anteriores não impedem que o Município rescinda unilateralmente o contrato ou aplique, também, outra das penalidades previstas.
- **7.3** A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada da garantia, quando prestada, ou dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município e, se for o caso, cobrada



Estado do Rio Grande do Sul

iudicialmente.

7.4 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao Contratado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- **8.1** O termo de REGISTRO DE PREÇOS vigorará por <u>12 meses</u>, contados a partir da data da assinatura da ATA do presente processo.
- **8.2** Durante o prazo de validade da ATA inexistirá obrigatoriedade, por parte do Município, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.
- **8.3** Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo REGISTRO o direito de cancelar a ATA na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **9.1** A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.2 A rescisão da ata pelo Município poderá ocorrer quando:
- 9.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
- **9.2.2** A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se o Município não aceitar sua justificativa;
- 9.2.3 A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- **9.2.4** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- **9.2.5** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
- 9.2.6 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pelo Município;
- **9.2.7** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação;
- **9.3** A rescisão da ata pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata;
- **9.3.1** A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao Município a aplicação das penalidades previstas na **cláusula sétima**, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
- **9.3.2** A comunicação do cancelamento, nos casos previstos na **alínea b**, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento ou por e-mail com confirmação de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora ou por recusa, a comunicação será feita por publicação no órgão de imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o registro a partir da publicação;
- **9.4** O Município, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas para mediante a sua concordância, assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização será exercida pela municipalidade através dos(as) Servidores(as) e pelos(as) Gestores(as), conforme abaixo especificados junto as suas secretarias correspondentes: cabendo aos(as) mesmos(as) o controle, fiscalização e demais obrigações inerentes aos seus cargos.

Secretaria responsável	Fiscal	Gestores
Secretaria Municipal de Administração	Henrique Nardi	Táuana Ubertti
Secretaria Municipal de Saúde	Verusane Uberto	Zaquiel Roveda
Secretaria Municipal de Educação	Marina Giacobbo	Secretária
Secretaria Municipal da Fazenda	Henrique Nardi	Táuana Ubertti



Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Municipal de Agricultura	Paulo Ogliari	Secretário
Secretaria Municipal de Assistência Social	Marcia Tonello	Eliana Zenere Giacobbo
Secretaria Municipal de Cultura	Cristiana Dadalt	Cristiana Dadalt

As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu serão dirimidas no Foro da Comarca de Encantado – RS, esgotadas as vias administrativas.

Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Precos, que vai assinada pela Sr. Al VARO

	Sra. MAIRI DA SILVA PRETTO, qualificado	
_	ONTRATANTE bio de Doutor Ricardo – RS	CONTRATADA Detentora da Ata
Sebastiá	ão Lopes Rosa da Silveira Assessor Jurídico OAB/RS 25.753	
Testemunhas:		
1. CPF n°		
2. CPF nº		